

IMPACTOS PROVOCADOS PELO TURISMO NA ATIVIDADE DE PESCA ARTESANAL NO RIO CAMURUPIM EM BARRA GRANDE, CAJUEIRO DA PRAIA, PIAUÍ

IMPACTS CAUSED BY TOURISM ON THE ARTISANAL FISHING ACTIVITY ON THE CAMURUPIM RIVER IN BARRA GRANDE, CAJUEIRO DA PRAIA, PIAUÍ

Frederico dos Santos Brito Rodrigues¹
Solano de Souza Braga²
Francisco Pereira da Silva Filho³

Resumo

A relação do turismo com o modo de vida das comunidades locais motivou a produção deste artigo, principalmente em relação à pesca artesanal e o desenvolvimento da atividade turística. O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações entre o turismo e a pesca artesanal no Rio Camurupim, no distrito de Barra Grande, no município de Cajueiro da Praia, litoral piauiense. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo com abordagem qualitativa, realizada com a aplicação de questionários semiestruturados, subsidiados pela observação direta e revisões bibliográficas de monografias, artigos e livros. Concluiu-se que a relação da pesca artesanal e atividade turística não é harmoniosa em Barra Grande.

Palavra-chave: turismo, kitesurfing, impactos, pesca artesanal.

Abstract

The relationship between tourism and the way of life of local communities motivated the production of this article, mainly in relation to artisanal fishing and the development of tourist activity. The aim of this research was to analyze the relationship between tourism and artisanal fishing on the Rio Camurupim, in the district of Barra Grande, in the municipality of Cajueiro da Praia, on the Piauí coast. The methodology used was field research with a qualitative approach, carried out with the application of semi-structured questionnaires, subsidized by direct observation and bibliographic reviews of monographs, articles and books. It was concluded that the relationship between artisanal fishing and tourist activity is not harmonious in Barra Grande.

Keywords: tourism, kitesurfing, impacts, artisanal fishing.

1 INTRODUÇÃO

O distrito de Barra Grande está localizado no município de Cajueiro da Praia, no estado do Piauí, Brasil, com 4 km de extensão de praia, inserido na área de proteção ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. A comunidade local é formada por grupos de pescadores e por um núcleo com grande infraestrutura e equipamentos turísticos. Esta localidade como um todo possui vários atrativos turísticos, dentre eles a trilha do cavalo-marinho, que possui um percurso de 3

¹ Bacharel em Turismo UFDPar

² Turismólogo, geógrafo, mestre em geografia e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPI. Professor no curso de bacharelado em turismo da UFDPar.

³ Turismólogo, mestre em geografia e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPI.

km entre o Rio Camurupim e seus igarapés. A implementação da trilha deu-se de maneira informal, em que as comunidades locais organizavam-se e conduziam turistas e/ou visitantes para conhecer o potencial natural.

A localidade possui um relevante fluxo de turistas que a procura para a prática de turismo de aventura, esportivo e ecoturismo. Pode-se citar, por exemplo, esportes como *Kitesurfing*, *Stand up paddle*, canoagem, pesca esportiva com vara e nado livre, além da visita à trilha do cavalo-marinho, em que é possível observar tal espécie marinha em seu *habitat* natural. Fica visível a quantidade de atrativos naturais existentes, sendo esse um dos pontos fortes para o turismo local. A partir desta perspectiva, optou-se como área de estudo o Rio Camurupim, com vistas a avaliar como a comunidade local e o turismo se desenvolvem, levando-se em consideração que existem diversos impactos que afetam a área, influenciando a economia, as espécies animais e vegetais da região e a própria comunidade.

Pensar na quantidade de processos e agentes interagindo em um ambiente tão rico em biodiversidade fez crescer a curiosidade de estudar esse ecossistema e suas interfaces com o turismo. Compreender tais questões é indispensável para entender como a comunidade tem se inserido na cadeia turística. Neste sentido, surge o objetivo do trabalho, que busca analisar a relação do turismo com a pesca artesanal no Rio Camurupim na comunidade de Barra Grande, no município de Cajueiro da Praia, litoral do Estado do Piauí. Compreender o relacionamento dessas atividades com a comunidade local é relevante para abranger o relacionamento do turismo com a conservação ambiental e qualidade de vida dos envolvidos nas atividades como moradores, pescadores, condutores e visitantes, assim como, o próprio desenvolvimento da atividade turística com responsabilidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na produção deste trabalho, optou-se por uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, que auxiliou na observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorre dentro do ambiente natural de vivência. Seguindo essa linha, Fonseca (2002) destaca que a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante...).

Para a elaboração do referencial teórico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, além da busca em sítios da Internet a partir da visita a *sites* de periódicos e revistas especializadas, como também dados secundários, por meio de acesso a conteúdo documental como acervos de biblioteca e banco de dados, o que forneceu base à realização do trabalho, da mesma forma o sustento às formulações pertinentes ao tema. Estabeleceu-se, ainda, nesta pesquisa, observação direta intensiva. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a observação direta intensiva é um tipo de observação que "[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar".

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. “Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (Goldenberg, 1997, p. 34).

Portanto, a abordagem qualitativa, em sentido amplo, pode ser definida como uma metodologia que produz dados a partir de observações extraídas diretamente do estudo de pessoas, lugares ou processos com os quais o pesquisador estabelece uma interação direta para compreender os fenômenos estudados. A partir de visitas, ocorreram a aplicação de questionários e observação do ambiente local. Em seguida obtiveram-se dados coletados sobre o Rio Camurupim, além das pesquisas sobre as atividades que influenciam o turismo no rio, por meio de artigos e pesquisas bibliográficas que tiveram o Rio Camurupim como o campo de pesquisa e atuação. É de relevante importância perceber como o turismo vem agindo na comunidade de Barra Grande e no citado rio, além de tentar entender seu potencial como elemento de educação ambiental da localidade.

Desse modo, tomou acontecimento a pesquisa de campo no território da comunidade Barra Grande, abrangendo indivíduos dos gêneros masculino e feminino, com faixa etária a partir dos 20 anos. Utilizou-se, nessa etapa, um modelo único de questionário formado por 20 perguntas semiestruturadas, aplicados em 4 dias no período da manhã (15 a 18 de janeiro de

2018), visando contemplar o maior número de moradores aleatoriamente. Por fim, os questionários aplicados chegaram ao número de 100, possibilitando a construção do artigo com dados primários mais plausíveis numericamente. Foi adotada uma amostra aleatória por conveniência. Optou-se por não identificar os entrevistados para que os mesmos se sentissem à vontade em dar sua opinião; posteriormente, os dados foram organizados e consolidados estatisticamente.

3 A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO E O ECOTURISMO

O turismo sustentável surge em consequência do turismo de massa. A Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) considera como sustentável e seguro o turismo que respeita os aspectos físicos e ambientais capazes de influenciar diretamente nas condições de saúde, qualidade de vida e segurança das pessoas e comunidades. Isto significa observar de uma forma ímpar à relação entre os seres humanos, suas atividades e o uso que fazem do espaço no qual estão envolvidos.

Dentro dessa perspectiva, Swarbrooke (2000, p. 111) afirma que "é preciso começar a ver o turismo sustentável como parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento sustentável, um sistema aberto no qual cada elemento afeta os demais". Uma mudança em qualquer elemento suscitará uma reação em cadeia nos outros elementos do sistema, principalmente no socioambiental. Em outras palavras, mesmo que se tente desenvolver de forma sustentável, qualquer segmento da atividade turística, isso sempre afetará outros elementos turísticos ou não do sistema. Por exemplo, pode-se citar a redução no número de turistas para diminuir os impactos negativos de uma determinada área ambiental, implicará ao mesmo tempo num prejuízo a comunidade local, já que reduzirá benefícios econômicos trazidos com a atividade turística em questão.

O turismo sustentável não é tão simples de ser alcançado, já que envolve fatores como: questões ambientais, econômicas, avanços tecnológicos, valores políticos, entre outros elementos que podem influenciar na vida social da população receptora Swarbrooke (2000). Para isso, torna-se necessária a criação de regras, de modo a evitar que os turistas adotem ações prejudiciais ao meio ambiente, pois com essas normas de conservação, protege-se a vida e ao mesmo tempo se mantém a economia ativa, unindo assim responsabilidade e desenvolvimento.

O turismo já foi considerado uma atividade de baixo impacto ambiental, mas esse cenário vem mudando gradualmente (Dias, 2003). Apesar dos esforços em se fazer um turismo mais sustentável, estes ainda não são o suficiente. Atualmente diversos estudos apontam que a atividade turística tem impactos consideráveis sobre o meio ambiente. Segundo Dias (2003, p. 87), “o turismo pode exercer pressão sobre os recursos naturais quando aumenta o número de pessoas nas áreas turísticas onde esses recursos podem escassear devido ao aumento da demanda”. Com o aumento da indústria turística e, principalmente, a pressão exercida, o turismo que envolve a natureza acarreta prejuízos para a biodiversidade como um todo, principalmente se não for fomentado com planejamento, por isso, a importância de direcionar essas áreas para o ecoturismo, que tem como princípio básico a conservação da natureza.

Esse segmento do turismo é caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que promovam a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre, assim fundado nos conceitos de educação, conservação e sustentabilidade. O ecoturismo pode ser ainda entendido como atividade turística baseada na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental. A definição de ecoturismo segundo Molina (2001, p. 159): "Em temos gerais, entende-se que é um turismo que tem lugar em ecossistemas, em ambientes naturais, e, por outro lado, que busca favorecer o conhecimento e aprendizado de manifestações naturais, mediante certas interações de baixo impacto".

No entanto, a relação entre turismo e natureza pressupõe a utilização de um instrumental multidisciplinar, em razão da variedade de fatores envolvidos – econômicos, políticos, sociais, biológicos, legais administrativos etc. –, e da fragilidade dos ecossistemas que são os atrativos comercializados. Para Ceballos-Lascuráin (n.d. como citado em Dias, 2003, p. 104): "O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável".

Isso leva a percepção de que o ecoturismo não é apenas publicidade e a proteção de alguma espécie. Esse também oferece o desenvolvimento sustentável para as populações localizadas em áreas escassas de atividades produtivas, e ainda pode gerar recursos para a população ou para a proteção de ecossistemas fragilizados. A partir disso, desprende-se que a atividade turística trás não só retornos culturais, mas também uma grande quantidade de capital

para as comunidades envolvidas em atividades rentáveis economicamente, tanto em termos de exploração da natureza, como a partir de prática de esportes radicais, quanto na própria venda de bens nas margens dos locais em questão, tendo sempre o princípio da sustentabilidade, como de fato dever ser o ecoturismo e seu desenvolvimento.

3.1 O RIO CURUPURIM

O município de Cajueiro da Praia está localizado a 402 km de Teresina, capital do Estado do Piauí onde está localizada a comunidade de Barra grande. Cajueiro da Praia conta com uma população de 7.163 e uma área territorial de 270,264 km² (IBGE, 2010). É no distrito de Barra Grande que está situado o Rio Camurupim, conforme a Figura 1, onde é realizada a trilha do cavalo marinho uma das atrações mais apreciadas da região.

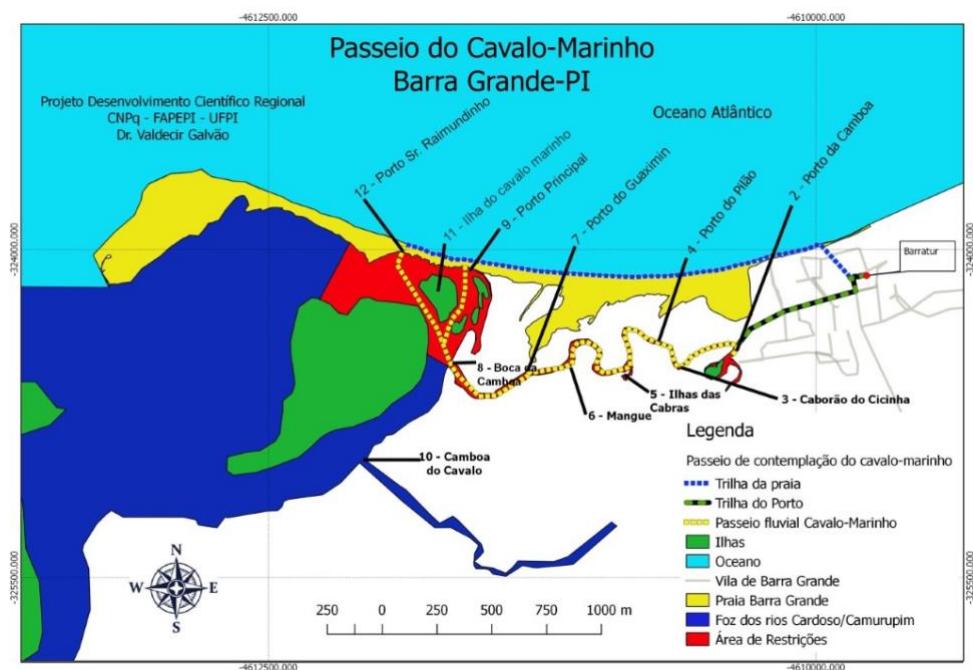


Figura 1: Trajetos possíveis realizados para a contemplação do cavalo-marinho durante o passeio turístico realizado em Barra Grande, PI; Fonte: Galvão (ano).

O Rio Camurupim nasce na cidade de Cocal, na Serra dos Macacos com o nome de Rio dos Campos. Este atravessa a lagoa do Alagadiço e desemboca na mesma enseada do Rio São Miguel, só que do lado leste da Barra Grande, que divide as áreas dos municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí (PIEMTUR, 2007). O rio ainda passa pela

comunidade que herdou seu nome, pela comunidade de Camurupim, que pertence ao município de Luís Correia.

O Rio Camurupim, em Barra Grande, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. As APAs têm como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, o intuito da criação da APA do Delta do Parnaíba é a de preservar e conservar os recursos naturais lá existentes e melhorar a qualidade de vida da população local.

No Rio Camurupim acontecem, por exemplo, atividades como a pesca artesanal e a criação de ostras, que são algumas das atividades econômicas desenvolvidas nesse manancial. Com o desenvolvimento da atividade turística na localidade surge uma nova fonte de renda para a economia local, que lança novas alternativas socioeconômicas para as comunidades que trabalham direta ou indiretamente com o turismo. Entretanto, para este segmento econômico seja utilizado da maneira correta, é necessário que haja um planejamento adequado, de acordo com a realidade do lugar, que vise estimular o crescimento do turismo e fazê-lo de forma controlada, ou seja, sustentável. Sendo assim, faz-se necessário definir um modelo de desenvolvimento que permita a exploração de atividades sem causar problemas ao ecossistema, que no caso de Barra Grande (Rio Camurupim) é diretamente influenciado pelo ambiente de praia (Figura 2).



Figura 2: Vista aérea de Barra Grande, PI. Fonte: BGK, 2015.

A comunidade de Barra Grande, possui, atualmente, uma crescente demanda turística, devido a trilha do cavalo marinho e do clima agradável para descanso e atividades esportivas, especialmente o *kitesurf*, por causa da sua localização geográfica, que proporciona ótimos ventos para esta modalidade esportiva.

3.2 TURISMO NO RIO CAMURUPIM E A PESCA ARTESANAL

Em alta temporada, a comunidade de pescadores de Barra Grande, distrito de Cajueiro da Praia recebe um grande fluxo de turistas para a visitação das praias e da trilha do cavalo marinho no Rio Camurupim. Segundo relato de donos de pousadas o distrito tem tido nove meses de alta temporada no ano, sendo o segundo semestre o período com mais visitante. Com a sazonalidade, a procura por passeios ecológicos é grande. Segundo Sousa (2000, p. 132), a sazonalidade pode ser caracterizada como a “época de alta estação mais aprazível do ano”. É nesse momento também que os empreendimentos turísticos tentam, de toda as formas, aumentar a sua produção para agradar o grande público que visita a comunidade durante o ano, especialmente na alta temporada, que vislumbra a “exploração” da atividade turística e os bens naturais disponíveis.

Um olhar atento para essa exploração do turismo, exercida de forma desordenada, pode acarretar problemas não só para comunidade, mas também para o Rio Camurupim e todo seu ecossistema, como a degradação ambiental, que nada mais é do que a perda de espécies nativas. Por isso, o turismo deve ser avaliado como um fator de mudança social, ambiental e econômica que deve afetar tanto o Rio Camurupim, quanto a comunidade local com o mínimo de impacto negativo possível. Além disso, as condições e o modo de vida dos envolvidos também não podem sofrer mudanças negativas provenientes do turismo, especialmente a pesca artesanal, que necessita também de um ambiente equilibrado, e que posteriormente pode ser implementado na atividade como um forte indutor do fenômeno turístico, devido sua potencialidade, por ser baseado na experiência dos pescadores dessa comunidade. Diante disso, é importante assinalar as características da pesca artesanal, especialmente, a desenvolvida na comunidade de Barra Grande. Dentro dessa perspectiva, Sousa (2010, p. 42) destaca que:

A pesca artesanal em Barra Grande é caracterizada pelo domínio de um saber pescar baseado na experiência e pela propriedade dos meios de produção. É realizada com instrumentos e procedimentos simples com estratégias diferentes e complexas. Os pescadores artesanais utilizam locais de pesca específicos (rios, mar, estuário), variados apetrechos de captura pesqueira (caçoeira, tarrafa, grosseira, anzol, etc.) e pescam diversos produtos (peixes, moluscos, crustáceos).

Com o relato do autor, observou-se que a pesca artesanal tem um baixo impacto no ecossistema, pois os pescadores artesanais investigados utilizam técnicas simples para a realização da pesca. No período da piracema, os pescadores diminuem a pesca, especialmente no rio, e complementam sua renda com agricultura de subsistência e outras atividades. É importante frisar que o pescador local sabe da importância do Rio Camurupim para ele e para a comunidade, por demonstrar sempre uma consciência ambiental, que é fundamental para manutenção desse ecossistema. Além disso, a grande maioria dos pescadores entrevistados têm registro profissional na colônia de pescadores, fator esse que facilita na organização da classe, no desenvolvimento de atividades, assim como os diversos processos que podem surgir, como por exemplo, dúvidas, denúncias, ocorrências de ordem pesqueira ou ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos 100 (cem) questionários respondidos, a maioria dos respondentes é do sexo masculino (70%). A faixa etária dos entrevistados que predominou foi de 43 a 53 anos de idade (29%), seguido de 54 a 64 anos de idade (26%). Os demais com idade entre 32 a 42 anos (18%), com 21 a 31 anos (15%), até 20 anos (8%) e acima de 65 anos (6%). Já em relação ao estado civil, a maioria dos entrevistados são casados (85%), os demais são solteiros (10%) e viúvos (5%). Dos respondentes, 95% são da comunidade de Barra Grande os demais (5%) são de Cajueiro da Praia e Parnaíba, que vem ao Rio Camurupim para praticar a pesca esportiva. Sobre os motivos da ida ao rio, 74% que frequentam o manancial são pescadores incluindo os que catam ostras, já 22% dos entrevistados vão apenas para o lazer e 4% ficaram a cargo dos guias turísticos que tem o Rio Camurupim como fonte de trabalho e de comerciantes que não frequentam o rio, mas comercializam os pescados.

Foi ainda questionado aos respondentes se estes compreendiam o Rio Camurupim como um atrativo turístico e por quê. Nesse sentido, 90% disseram sim, sendo que a maioria das respostas estavam atreladas ao “produto” da trilha do cavalo marinho como atrativo turístico,

além da procura de turistas ao rio para prática de esportes. Foi, da mesma maneira, relatado que aves migratórias têm o rio Camurupim como rota, condição essa que proporciona um espetáculo a ser observado, tanto por turistas que visitam a comunidade, quanto pelos próprios moradores, que também tem a oportunidade de observar estas belezas naturais, que também pode vir a ser considerado um produto turístico.

Ainda de acordo com a pesquisa foi possível identificar que diversas atividades são realizadas no Rio Camurupim que vão desde lavagem de roupa, pesca artesanal, pesca esportiva até a mergulho e passeios turísticos. Quanto à conservação do Rio Camurupim, 90% respondeu que a mesma não se encontra em perfeito estado, já que quando a maré está vazando é percebido no mangue (mangue vermelho), quando este fica seco, a presença de poluição (principalmente resíduos), que pode acarretar na perda de espécies, dessa forma, prejudicando a trilha do cavalo marinho, bem como o equilíbrio ambiental. Os 10% restantes não souberam responder.

Além dessa problemática, foi possível detectar, por meio das entrevistas e da observação direta, que o Rio Camurupim, mesmo situado dentro de uma Área de Proteção Ambiental, vem sofrendo diversos impactos negativos, que vão desde a criação (carcinicultura) de camarões, extração de areia, à prática de *kitesurf* que afeta também diretamente e indiretamente o rio.

Em relação à criação de camarão, ressalta-se que essa gera alguns impactos ambientais, desde a instalação dos tanques que comprometem o manguezal até o acúmulo de sedimentos nestes locais, mesmo sendo um ecossistema de conservação marítima e fluvial. Oliveira e Mattos (2007) citam alguns dos benefícios do ecossistema de manguezal, como sendo fontes de matéria orgânica particulada e dissolvida para as águas costeiras adjacentes, constituindo à base da cadeia trófica com espécies de importância econômica e/ou ecológica; área de abrigo, reprodução, desenvolvimento e alimentação de espécies marinhas, estuarinas, litorâneas e terrestres, além de pouso de aves migratórias; proteção da linha de costa contra erosão, assoreamento dos corpos d'água adjacente, prevenção de inundações e proteção contra tempestades; manutenção da biodiversidade da região costeira; absorção e imobilização de produtos químicos (por exemplo, metais pesados), filtro de poluentes e sedimentos, além de tratamento de efluentes em seus diferentes níveis; fonte de recreação e lazer, associada ao seu apelo paisagístico e alto valor cênico; fonte de proteína e produtos diversos, associados à subsistência de comunidades tradicionais que vivem em áreas vizinhas aos manguezais.

Toda a construção de canais e tanques implica em impactos. “Em linhas gerais, os impactos estão relacionados às mudanças na drenagem, desvio ou impedimento do fluxo das marés, mudanças nas características físico-químicas do substrato, entre outras.” (Oliveira & Mattos, 2007, p. 185). Em Barra Grande, a criação de camarões teve uma baixa aceitação por parte da comunidade. Em entrevista com os moradores, alguns falam a respeito dos viveiros, mas conhecidos como “Firma”. Sobre esses relatos os moradores descrevem que: “Nos viveiros, quando é feita a despessa do camarão eles limpam os tanques com alguns produtos químicos e despejam a água suja no rio, acarretando mau cheiro na água tem casos que o catador de caranguejo reclama de coceiras por causa dessa água suja e malcheirosa”.

Quando perguntados se já haviam reclamado da situação dos viveiros com relação à manutenção, onde há o despejo de produtos químicos no rio, para o órgão competente, muitos dos nativos não responderam por medo de represália dos donos dos viveiros; alguns deles têm parentes trabalhando e, para não os prejudicar, optam por não responder. Por outro lado, os poucos que responderam relatam que: “Por causa dos viveiros o rio abaixou seu nível em alguns pontos, trajetos que se passava com a canoa agora pode passar a pé em parte do mangue, que era rota para trilha do cavalo marinho, que agora esperam a maré encher para fazer a travessia comprometendo assim a rota”, assim como a sobrevivência dessa espécie, que necessita do ambiente ecologicamente equilibrado.

Em questionamento com um representante da associação de pescadores sobre o fato de já ter feito algum tipo de reclamação sobre tal situação, o mesmo afirmou que sim, embora tenha pontuado que, de toda maneira, toda vez os empresários chegam com a autorização e licença e tudo permanece como está. Assim, ficam sem ter o que fazer e aceitam a posição, mesmo sabendo dos problemas. Outro problema que atinge mais diretamente o Rio Camurupim é a extração de areia, acarretando problemas no canal do rio. Segundo raciocínio, Oliveira e Mello (2016, p. 374) discorrem que: “o efeito imediato e direto desta ação é a redefinição dos limites do canal, seja pela retirada ou adição de materiais, que por sua vez pode promover uma mudança no padrão de fluxo e de transporte de sedimentos”. Oliveira e Mello (2016, p. 374) ainda explicam que “as modificações das condições do canal podem ser propagadas a montante e jusante, bem como lateralmente, e por outro lado podem impactar os ecossistemas aquáticos”. Essa prática prejudica o Rio Camurupim e seu ecossistema, o que pode trazer um problema ainda maior se continuar extraíndo de maneira desordenada estes sedimentos.

Mesmo ocorrendo impactos negativos devido a ação antrópica, que podem interferir na dinâmica fluvial e no ecossistemas aquáticos, ainda assim é possível a extração de areia a partir de fontes localizadas no leito ativo de rio, sem a criação de impactos ambientais adversos, desde que dentro das condições naturais de regime hidráulico do sistema fluvial, e mantido as salvaguardas e práticas apropriadas (Langer & Glanzman, 1993, Kondolf 1994a, OWRRI 1995 como citado em Oliveira & Mello, 2016). Conforme acima mencionado, é possível extrair sem agredir o meio ambiente, utilizando práticas apropriadas, apesar de não ter constatado essa informação da retirada de areia do rio de fato, foram obtidos apenas relatos dos moradores que contam que caminhões vêm quase todas as semanas, retiram a areia e vão embora. Não se sabe onde eles descarregam essa areia.

É notório que o Rio Camurupim não está tendo o devido cuidado do órgão competente, sendo que uma vez colocado em prática a extração de areia do leito do rio, dentre outros problemas já citados, os efeitos negativos destas ações podem ser irreversíveis. Por outro lado, os bons ventos da região viabilizam a prática do *kitesurf* no distrito de Barra Grande, esporte este praticado com muita frequência, mas sem a certificação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou qualquer outra regulamentação. Apesar de ser uma área propícia para esta atividade, pode-se perceber em diálogos com os moradores, que a prática do *kitesurf* influencia diretamente na presença de peixes próximo a foz do Rio Camurupim, situação que chega a causar transtornos aos pescadores locais. Diante disso, um fato em especial, envolvendo pescadores e *kitesurfistas* foi relatado onde:

[...] Certo dia, um grupo de pescadores, cansados de voltar para casa “de mãos vazias” por causa de *kitesurfistas* que, com a maré cheia, migram para o estuário do rio Camurupim e ali passam a tarde inteira velejando, “afastando os peixes” com a agitação e o barulho que as pranchas provocam na água, “botaram os gringos pra correr”, com facões e remos, ameaçando danificar os equipamentos dos *kitesurfistas*. Também destruíram os obstáculos construídos com troncos de árvores pelos *kitesurfistas* no intuito de intensificar a experiência de aventura. (Ferreira, 2012, p. 02).

Esse conflito dos pescadores com os *kitesurfistas* pode trazer uma imagem negativa para a comunidade e para Barra Grande como atrativo turístico. Para pensar em uma solução para esse conflito é necessária uma intervenção que auxilie conciliação entre ambas as partes, determinados limites para a prática desse esporte, onde estes deixariam de lado sua execução próxima a foz do Rio Camurupim, se limitando mais a praia. Os donos de pousadas, que apoiam

a prática do *kitesurf*, devem realizar palestras de sensibilização junto aos praticantes e explicar a importância para não adentrarem na foz do Rio Camurupim e muito menos no próprio rio, evitando assim problemas futuro.

Quando questionada se possui conhecimento sobre a água poluída provindas dos viveiros e despejadas no Rio Camurupim, que segundo moradores acarreta, em vários problemas, como por exemplo, mau cheiro e coceiras, como resposta a gestora disse que “não pode afirmar tal questão porque não há um estudo e nem pesquisa na área que possa sustentar essa informação dada pelos moradores. Ainda assim, cabe ao órgão responsável apurar com detalhes as reclamações da comunidade de Barra Grande”. Sobre os viveiros, segundo a representante do órgão, “os proprietários têm licença para estarem no local, mas essa licença permite impor regras, tais como de não deixar pescadores executar a prática de pesca nas proximidades.” Ainda assim, moradores relatam que tais proibições estão sendo feitas. É válido ressaltar que os pescadores se mostram mais preocupados com a manutenção do ecossistema e sua possível poluição.

Não se sabe ao certo o estado de conservação desse ambiente de estudo. Como citado antes pela a representante do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), é necessário haver um estudo mais aprofundado na região, na qual inclui o Rio Camurupim. Em contraste, é afirmado que já deveria haver um estudo na área, porém, os responsáveis admitem que por ser uma Área de Proteção Ambiental fica difícil, uma vez que a área é muito extensa. A atividade econômica desenvolvida na comunidade, de acordo com a entrevistada, é apenas a criação de camarão, além da pesca. Entretanto, a atividade turística desenvolvida tem uma movimentação econômica importante dentro da comunidade, além de outras ramificações socioeconômicas.

Já em relação aos riscos, a representante do ICMBio citou a falta de saneamento básico como um risco para o Rio Camurupim. Essa ainda destacou que Barra Grande, por receber um grande fluxo e ser um destino turístico bastante procurado já devia ter um bom saneamento básico implantado. A falta de preocupação é bastante notável e só a comunidade sozinha não possui força o suficiente para resolver certos aspectos, como o saneamento básico, por exemplo, que depende diretamente da gestão pública. Mas a própria comunidade pode fazer reuniões entre eles e esclarecer a necessidade de se ter o cuidado para não escoarem dejetos e outros resíduos para o rio, já que eles são os principais agentes que fazem uso dessa riqueza natural,

tendo estes o dever de cuidar e preocupar-se com esse bem da natureza tão importante para a vida de toda a comunidade.

Essa preocupação dos nativos locais com o Rio Camurupim existe, por ser sua principal fonte de renda e de sobrevivência, além de ser um atrativo turístico atualmente. No entanto, é preciso destacar que muitos dos pescadores se recursaram a responder os questionários por medo de represália de alguém ou de algum órgão. Foi possível perceber também que muitos destes entrevistados não acreditam nas ações do ICMBio, principalmente porque membros dessa instituição dizem que vão resolver os problemas, porém, na prática nada é feito, mesmo esta comunidade sendo pertencente a uma Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, onde estes alegam ter esta dificuldade na execução do trabalho de conservação e fiscalização por ser uma área muito extensa e por ter poucos agentes para estas funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou observar que os moradores da comunidade de pescadores do distrito de Barra Grande, município de Cajueiro da Praia-PI, têm conhecimento das dificuldades encontradas, e uma preocupação com Rio Camurupim, por ser uma fonte de benefícios e por abrigar seu principal atrativo, a trilha do cavalo marinho, e de outras espécies. A prática ecoturística realizada no Rio Camurupim visa a sustentabilidade ambiental, com a conservação das belezas naturais, apesar da observação de diversos conflitos na área de estudo.

A construção de viveiros de camarão gera um conflito com os pescadores, uma vez que, os mesmos não podem pescar perto dos viveiros, criando um impasse sério com os empresários locais. A prática do *kitesurf* no Rio Camurupim também é conflituosa com os pescadores, além da extração de areia do mesmo e da quebra de confiança da comunidade com o ICMBio, situação essa que se torna preocupante, já que se trata da instituição responsável pela conservação e manutenção da APA Delta do Parnaíba.

Em meio a esses conflitos uma grande parte da comunidade ainda realiza a pesca artesanal, como um meio de vida simples e de subsistência. Já o turismo, apesar de ser uma atividade econômica promissora na comunidade, de certo modo vem impactando de forma negativa o distrito de Barra Grande, tanto nos aspectos socioeconômicos (na maioria das vezes positivos), quanto socioambientais (principalmente na degradação ambiental). Um fato

negativo, observado pelos moradores, diz respeito aos privilégios que os empreendimentos turísticos têm, pelo fato destes ter sempre autorização para construir seus estabelecimentos de frente para o mar.

Por outra lado, se algum morador da comunidade decidir construir nestes locais é derrubado e impedido de edificar, fato que faz a comunidade se sentir excluída do processo de fomentação da atividade turística, bem como, na aquisição de uma nova renda, por não participar do fenômeno turístico em si. Dessa forma, se faz imprescindível a construção de um planejamento estruturado em locais com alta fragilidade ambiental, que possuem, por exemplo, animais ameaçados de extinção ou a presença de atividades tradicionais, como é o caso do Rio Camurupim no distrito de Barra Grande, que pertence ao município de Cajueiro da Praia.

Portanto, o trabalho permitiu observar que existem alguns conflitos e discussões na perspectiva dos moradores, que foram firmes e consistentes nas considerações aqui mencionadas. A pesquisa também mostrou que estes problemas, caso haja um planejamento adequado, podem ser verificados e sanados, dessa forma, promovendo atividades socioeconômicas e socioambientais de forma sustentável, desde que haja a participação de toda a comunidade em questão, das intuições responsáveis e da garantia que a atividade turística poderá ser fomentada sem esquecer a população local e seus anseios ou até mesmo a inclusão de forma responsável e definitiva da pesca artesanal, que certamente será mais uma peculiaridade desta área estudada, por fim, espera-se que este estudo possa contribuir com outros trabalhos futuros, com o intuito de promover novas observações e pesquisas, que favoreçam toda a comunidade local e suas respectivas atividades, especialmente as que envolvem os bens naturais, como o Rio Camurupim.

REFERÊNCIAS

- Dias, R. (2003). *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas.
- Franca, T. B. M. (2013). Planejamento e impactos do turismo: turismo de eventos em Porto de Galinhas. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 20 jan 2019 de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11419>
- Ferreira, D. C. G. (2012, setembro). De quem é o peixe? Representações do pescador e conflitos em Barra Grande, Piauí. *Anais do Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Teresina, PI, Brasil, 15.

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE (2010). *Censo 2010*. Recuperado em 10 fevereiro, 2020, de <http://www.ibge.gov.br/>

Lakatos, E.; & Marconi, M. (1992). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Molina E., S. (2001). *Turismo e ecologia*. (Josely Vianna Baptista, Trad.). Bauru, SP: EDUSC.

Oliveira, G., & Mattos, K. M. (2007). Impactos ambientais provocados pela indústria de camarão no município de Nísia Floresta (RN). *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 6 (2), 183-188.

Oliveira, F. L.; & Mello, E. F. (2016). A mineração de areia e os impactos ambientais na bacia do rio São João, RJ. *Revista Brasileira de Geociências*, 37(2), 374-389.

Organização Mundial do Turismo - OMT. (2003). Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman.

Sousa, R.S. (2010). *Etnobotânica e etnozoologia de comunidades pesqueiras de Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Souza, N. J. (2000). *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas.

Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: turismo cultura, ecoturismo e ética*. (Saulo Krieger, Trad.). São Paulo: Aleph.